

## FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo  
E-mail portomar@atribuna.com.br  
Telefone 2102-7269

**“Se eu preciso manter o calado e se eu preciso de dinheiro, como eu vou abrir mão de receita?”**

José Alex de Oliva, diretor-presidente da Codesp

## PORTO &amp; MAR

# Codesp estuda escalonar reajuste de tarifas do Porto

Docas foi autorizada a aumentar em 16,67% as taxas, mas Consad pediu a aplicação de 8% até setembro

EGLE CISTERNA

DA REDAÇÃO

Em vigor há mais de um mês, a cobrança do reajuste das tarifas portuárias do Porto de Santos está sendo analisada pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), a estatal que administra o cais santista. Uma proposta de parcelamento das taxas foi solicitada na última reunião do Conselho Administrativo (Consad). A Autoridade Portuária deve se posicionar até o final deste mês.

Os novos valores das tarifas, reajustadas em 16,67% foram autorizados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq, o órgão regulador do setor) e passaram a valer no dia 13 de junho. O reajuste não agradou os usuários do cais santista, que são responsáveis pelo pagamento das taxas.

No ano passado, a Autoridade Portuária encaminhou à Antaq um estudo que apontava a necessidade um reajuste de 54,4% em todas as tabelas tarifárias vigentes. As novas taxas seriam aplicadas imediatamente e valeriam até 2020. No entanto, empresários do setor esperavam que o aumento seria de aproximadamente 5%.

O Consad propõe é que, entre julho e setembro, o percentual aplicado seja a metade do proposto. Esta cobrança é feita pela utilização da infraestrutura portuária, terrestre e serviços gerais.

Procurado, o presidente da Codesp, José Alex de Botelho Oliva, afirma que estuda a ne-

cessidade de parcelamento do reajuste, mas que ainda não chegou a uma conclusão se isso pode ser feito sem gerar prejuízos à Docas.

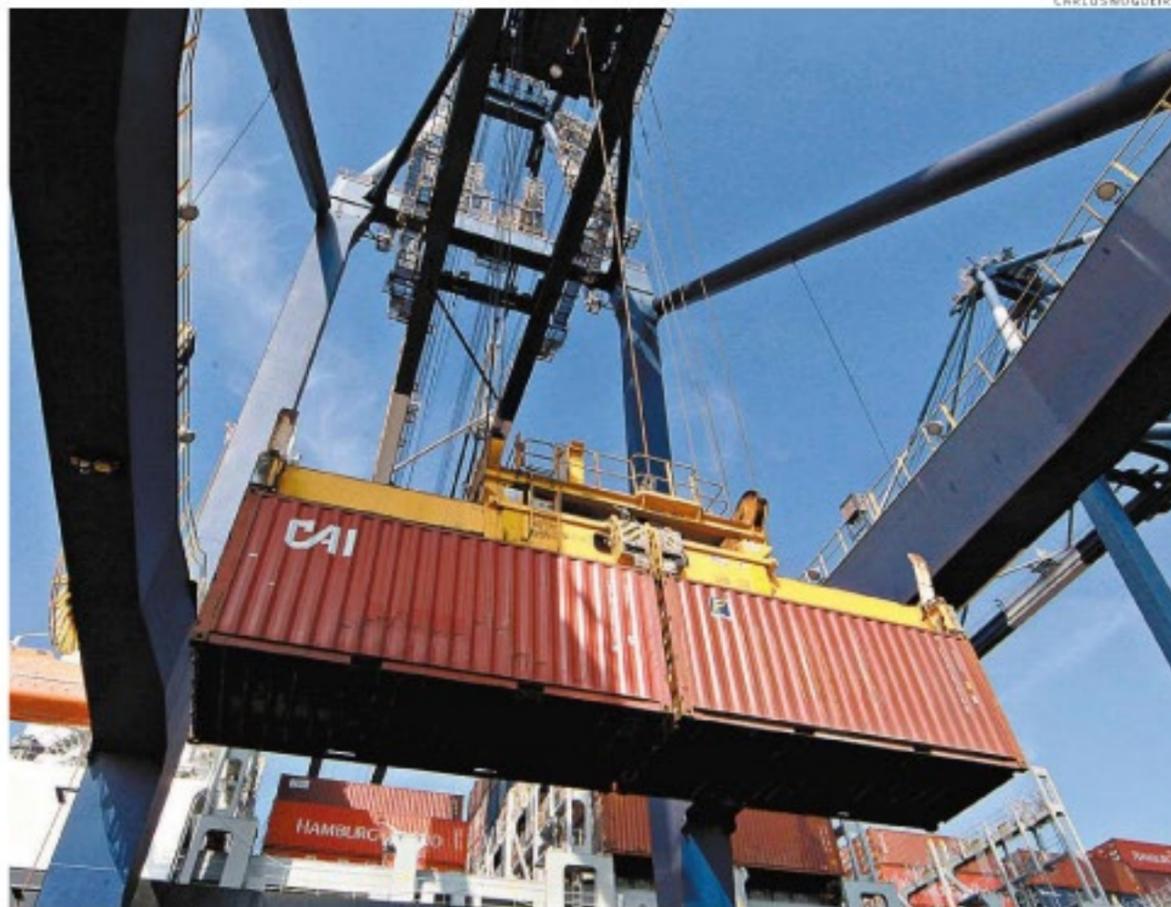
“Nós não podemos abrir mão da receita do Porto. Temos que ver o que implica em termos de recurso, de receita e o nosso programa de investimento. Se eu preciso manter o calado e se eu preciso de dinheiro, como eu vou abrir mão de receita?”, avalia.

O executivo acredita ainda que, na época do pedido, como o Consad desconhecia o aumento do calado em 30 centímetros, o que possibilita o aumento da movimentação de cargas e, por consequência, maior faturamento.

“Com esse acréscimo, essa correção não impacta o que eles (empresários do setor) estavam reclamando”, diz Oliva.

## TARIFAS

O montante arrecadado com tarifas é utilizado pela Docas para a melhoria do complexo portuário. Além de remunerar os serviços administrativos, as taxas cobrem os custos para



As tarifas de infraestrutura do Porto podem ser cobradas por tonelagem ou por contêiner com carga

manter as condições de navegação e o balizamento do canal de acesso, desde a entrada do estuário até os berços de atracação. As redes e sistemas localizados na área do cais, como os de água, luz e telefone, bem como a vigilância, de responsabilidade da Guarda Portuária (Gport), também são custeadas com o montante arrecadado com as operações portuárias.

As tarifas pela utilização da infraestrutura do Porto são di-

vidadas em dois itens. O primeiro está relacionado à movimentação de cargas pelas embarcações, categorizando as taxas cobradas pela tonelagem ou por contêiner com carga. O segundo item destaca o espaço utilizado por navio atracado e por período de permanência no cais.

Já as tarifas pela utilização do cais santista são cobradas de terminais arrendados no Porto. Para isso, são estipulados valores relativos à área ar-

rendada. Elas também classificam os valores das movimentações por produto ocorridas dentro ou fora das regiões arrendadas ou do berço de atracação.

Navios de guerra fora de operação comercial e barcos utilizados no tráfego interno do porto são isentos da cobrança. Nessa lista entram as embarcações que recebem visitantes no cais da Marinha, que fica entre os armazéns 27 e 29 do complexo santista.

CARLUSMOGUEIRA